

As respostas capitalista e socialista à crise ecológica*

VICTOR WALLIS**

A crise ecológica global atingiu seu ápice aproximadamente no mesmo momento histórico em que o capitalismo global – enquanto comemorava o colapso do bloco soviético e a degeneração do processo revolucionário na China – alardeava sua vitória definitiva sobre o socialismo. A ironia dessa convergência histórica reside no fato de que não poderia haver refutação mais decisiva dos preceitos capitalistas do que sua evidente incompatibilidade com a sobrevivência da espécie humana.

Infelizmente, o efeito devastador do triunfo momentâneo do capital revelou sintomas inesperados. As últimas palavras de ordem corporativas a respeito dos problemas tecnológicos se acomodaram convenientemente com certas aplicações da tese pós-moderna sobre a “produção da natureza”, para dar credibilidade, até mesmo entre a esquerda, à ideia de que, se, por um lado, é possível desafiar o capitalismo no que diz respeito à democracia e à justiça social, por outro, não há muito a fazer no que diz respeito às questões de produção e consumo.

Justamente no momento em que a crença no princípio do crescimento havia atingido seu limite, transformando-se de força criativa em força destrutiva, o

* Artigo publicado no número especial da *Monthly Review* sobre ecologia em novembro de 2008. Tradução de Marcos Soares e revisão técnica de Isabel Loureiro.

** Professor do Liberal Arts Department no Berklee College of Music (Boston) e editor de *Socialism and Democracy* (www.sdonline.org). Publica frequentemente no periódico ecológico *Capitalism Nature Socialism* e no *Historisch-Kritisches Wörterbuch des Marxismus*.

O autor agradece a Brett Clark, John Bellamy Foster, Fred Magdoff, Greg Meyerson e aos membros de seu grupo de estudos em Boston pelas sugestões preciosas.

pensamento político que em princípio estaria mais preparado para a formulação de uma alternativa radical se encontrou parcialmente seduzido pela lorota de um sistema que, empenhado em um perpétuo conflito tecnológico, destrói qualquer esforço de submeter suas práticas a qualquer tipo de controle social.

A crise ecológica é uma mescla complexa de diversas tendências perigosas. Como era de esperar, a ideologia capitalista encara os componentes dessa crise de modo fragmentado, obscurecendo, assim, sua natureza sistêmica. O crescimento do efeito estufa e o conseqüente espectro de uma “virada” climática foram amplamente admitidos pela classe dominante norte-americana, embora, como sempre, sem qualquer sentido de urgência (basta observar a pouca atenção que se dá a essa questão na maior parte dos discursos eleitorais). Porém, as outras dimensões dessa crise são vistas em geral seja como simples problemas localizados, seja, de modo ainda mais alarmante, como oportunidades para lucros futuros. Refiro-me aqui ao uso amplo e generalizado de toxinas, à destruição de bens vitais (notadamente a água potável e a biodiversidade) e à crescente e irresponsável manipulação de processos básicos naturais (como no caso da engenharia genética, das modificações climáticas e das mudanças do curso de rios).

Uma resposta adequada à crise terá de envolver uma discussão de todas essas dimensões. Diante do alcance, da aceitação generalizada e da suposta normalidade dos atuais esquemas de poder – assuntos que essa discussão teria de desafiar – chega-se à conclusão de que tal resposta envolveria um processo sem precedentes de educação política. Ainda estamos nos primeiros estágios da consciência necessária. Isso significa que o primeiro passo é o confronto com os argumentos daqueles que minimizam a profundidade da transformação que a sobrevivência humana exigirá. Uma parte dessa tarefa – a saber, responder àqueles que negam a capacidade de ação consciente na solução da crise climática – envolverá o confronto entre a pesquisa científica e as afirmações feitas pelos representantes do capital corporativo.¹ Mas outro desafio à ecologia socialista vem da esquerda que, baseada em um sentimento errôneo do que é politicamente “realista”, propõe a visão de que a única agenda “verde” factível é a capitalista. É necessário examinar (em contexto) algumas das mais recentes expressões dessa visão, antes de se dirigir aos desafios práticos maiores que o capitalismo de qualquer variedade é incapaz de encarar.

Capitalismo verde?

Entre os diversos exemplos possíveis do “capitalismo verde” postos em prática, uma pequena notícia da seção financeira da edição de 7 de março de 2008 do *New York Times* (p.C6) nos dá uma pista preciosa. Intitulada “Gore enriquece”, a notícia relata que o ex-vice-presidente, que acabara de ganhar o Prêmio Nobel

¹ Ver a crítica de John Farley em *Monthly Review*, jul. 2008.

da Paz por seu filme-palestra a respeito do aquecimento global, “recentemente investiu US\$ 35 milhões no *Capricorn Investment Group*, uma empresa que aloca o dinheiro dos clientes em fundos e o investe em ‘produtores de mercadorias ecologicamente corretas’”. O artigo também aponta que Gore tem lucrado em suas relações comerciais com os grupos *Apple* e *Google*, e que “ele recentemente se tornou sócio da *Kleiner Perkins Caufield & Byers*, a maior empresa de investimento na *Silicon Valley*”. Uma visita ao site do *Capricorn Group* dá acesso a histórias sobre os diversos projetos nos quais seus fundos estão investidos, entre os quais se encontra a *Mendel Biotechnology Inc.*, que trabalha junto à *BP* e à *Monsanto* – com o patrocínio de US\$ 125 milhões do Departamento de Energia dos Estados Unidos – para “encontrar um modo de propagar o *miscanthus* [uma planta potencialmente mais eficiente que o milho na produção de combustível], para acelerar o ritmo das plantações e maximizar as colheitas”.²

Estamos no campo do mais puro capitalismo. Seu único atributo verde é a noção de que o combustível produzido do novo modo oferece (nas palavras do site) uma forma “limpa e verde” de energia. Aspectos centrais da crise ecológica, entretanto, permanecem obscuros, se não agravados, nesse cenário: (1) Embora os biocombustíveis possam ter um impacto na redução do efeito estufa se comparados ao petróleo, seus efeitos secundários – em relação à poluição do ar e da água, à degradação do solo e ao preço dos alimentos – podem ser ainda mais severos.³ (2) Não se menciona a necessidade de reduzir a quantidade total de consumo de energia e de construção de superfícies pavimentadas. (3) A utilização em larga escala das terras disponíveis para o plantio destinado à produção de combustíveis tem um impacto na produção de alimentos e não minimiza os problemas que afetam as fontes mundiais de água. (4) Os agronegócios, qualquer que seja sua natureza, têm um impacto negativo na biodiversidade. (5) A *Monsanto* está envolvida na imposição coerciva de organismos geneticamente modificados. (6) A *Silicon Valley* (em tese um dos ramos de investimentos no qual Gore está interessado) está na ponta do hiperdesenvolvimento capitalista (inovação e obsolescência aceleradas; produção de enormes quantidades de lixo tóxico). (7) O governo norte-americano continua a subsidiar corporações em vez de direcionar esforços para atender seriamente às necessidades humanas de longo prazo.

É claro que a imagem mais difundida do capitalismo verde nos Estados Unidos é aquela dos pequenos negócios que oferecem serviços locais, casas equipadas com energia solar, mercados de alimentos orgânicos etc. É verdade – e promissor – que conforme a consciência ecológica aumenta, os espaços dedicados a tais atividades devem crescer. Também é preciso notar que o surgimento de tais formas alternativas de organização pode contribuir de modo positivo para a transformação a longo prazo que se faz necessária. De uma perspectiva ampla, qualquer medida

² <http://southflorida.bizjournals.com/sanfrancisco/stories/2007/10/22/story6.html>.

³ Ver o artigo de Fred Magdoff em *Monthly Review*, jul. 2008.

efetiva de conservação (incluindo formas de energia renovável) que possa ser tomada a curto prazo deve ser bem-vinda, independentemente de onde venha. Mas é importante não ver em tais formas um repúdio por parte do capital de sua necessidade ecológica e socialmente devastadora de expansão, acumulação e lucro.

Insistir nesse aspecto do capitalismo não significa dizer que o capital ignora a crise ambiental, mas enfatizar o modo peculiar com que o capitalismo lida com essa crise. Esses modos incluem em parte iniciativas corporativas e, em parte, medidas adotadas pelos governos capitalistas. Entretanto, pelo menos nos Estados Unidos, a segunda tendência predomina. A autodesignação comumente aceita dessa abordagem é “ambientalismo corporativo” – definido em um texto conhecido como “ações ambientais que não são exigidas por lei”,⁴ o que equivale a dizer que são as próprias corporações que estabelecem suas agendas no setor.⁵ A expressão mais tangível do ambientalismo corporativo é a mudança substancial, durante toda a década de 1980, do pessoal administrativo para áreas que lidam com questões ambientais.⁶

Tomando como base a teoria e as ações efetuadas do ponto de vista do setor corporativo como um todo, pode-se dizer que essa nova ênfase se fez sentir de dois modos. De um lado, as corporações têm estado alertas para as oportunidades de efetuar ajustes ambientais positivos quando esses coincidem com seus critérios comuns de eficiência e redução de custos.⁷ De outro, de modo ainda mais significativo, as corporações têm atuado diretamente no plano político, com liberdades excepcionais no caso norte-americano. Mediante o lobby político e a atuação direta nas instâncias de decisão, moldaram práticas de regulamentação, censuraram relatórios científicos e moldaram uma atitude oficial agressiva no palco global (fatos amplamente exemplificados na retirada norte-americana dos acordos de Kyoto). Além disso, as corporações têm iniciado enormes campanhas de relações públicas (“greenwashing”) para alardear suas práticas ambientais como progressistas.⁸ Tanto de dentro quanto de fora dos Estados Unidos, elas procuraram – com sucesso considerável – definir nos termos de seus próprios interesses as normas internacionalmente aceitas de “desenvolvimento sustentável”: primeiro por intermédio do *World Business Council on Sustainable Development* (Conselho Mundial de Desenvolvimento Sustentável) que organizou a agenda do

4 Thomas P. Lyon e John W. Maxwell. *Corporate Environmentalism and Public Policy*. Nova York: Cambridge University Press, 2004, p.3.

5 Andrew J. Hoffman. *From Heresy to Dogma: An Institutional History of Corporate Environmentalism*, edição ampliada. Stanford: Stanford University Press, 2001, p.3. Ironicamente, essa abrangente publicação pró-corporativa da Stanford Business Books foi premiada em memória de Rachel Carson.

6 Hoffman (ibidem, p.127) cita o caso emblemático da Amoco, cujo Departamento Ambiental cresceu cerca de 80% entre 1978 e 1993.

7 Michael E. Porter e Claas van der Linde. “Green and Competitive: Ending the Stalemate”. *Harvard Business Review*, v.73, n.5, Sep./Oct. 1995.

8 Jed Greer e Kenny Bruno. *Greenwash: The Reality Behind Corporate Environmentalism*. Nova York: Apex Press, 1996.

encontro de 1992 no Rio de Janeiro, e, em seguida, mediante a atividade contínua da Organização Mundial de Comércio (OMC), assim como através de parcerias corporativas com agências de desenvolvimento das Nações Unidas.⁹

Nenhum desses esforços implica a mais remota mudança nas práticas básicas capitalistas. Ao contrário, refletem a determinação de mantê-las a qualquer custo. A realidade do capitalismo verde é que o capital presta atenção às questões ecológicas, o que não significa que as transforme em prioridades.¹⁰ Quando o capital faz arranjos ecológicos além daqueles diretamente ligados à obtenção de lucro ou à proteção contra ações judiciais, é porque tais ajustes foram impostos ou – como no caso das turbinas eólicas na Alemanha – estimulados ou subsidiados pelas autoridades públicas.¹¹ Tais autoridades, cujas ações permanecem no âmbito de um quadro capitalista, refletem justamente o poder político de forças não ou anticapitalistas (organizações ambientais, sindicatos, grupos comunitários, associações de moradores etc.), embora possam ser financiadas em parte por certos setores do capital, como no caso das indústrias de energia alternativa e de seguros.

Conforme essas correntes de opinião se fortalecem, os proponentes do capitalismo verde se aproveitam da demanda popular por energia renovável, enquanto enfatizam uma perspectiva da proliferação crescente de produtos industriais.¹² Assim, ignoram a complexidade da crise ambiental, cujas causas estão não apenas na queima de combustíveis fósseis, mas também na exaustão dos recursos do planeta como um todo, incluindo, por exemplo, a pavimentação de espaços verdes, a invasão de habitats naturais, os custos em energia e matéria-prima na produção de captadores de energia solar e turbinas eólicas, as toxinas associadas às mercadorias *high-tech* e o problema cada vez mais grave do lixo – em suma, as consequências rotineiras ligadas à priorização não crítica que o capital faz do crescimento econômico.

Os defensores do capitalismo verde reagem dizendo que o crescimento econômico, longe de ser um problema, é a chave da solução. Dessa perspectiva, o

9 Kenny Bruno e Joshua Karliner. *earthsummit.biz: The Corporate Takeover of Sustainable Development*. Oakland, CA: Food First Books, 2002.

10 Ver, por exemplo, a crítica detalhada do caso Wal-Mart em http://walmartwatch.com/img/blog/environmental_fact_sheet.pdf; também, “Green – Up to a Point: Some Companies Send Mixed Messages”, *Business Week*, March 3, 2008. Uma expressão particularmente comum de uma suposta preocupação verde é o chamado para um emprego cada vez maior de energia nuclear. Para uma crítica bem-informada, ver Helen Caldicott. *Nuclear Power is not the Answer*. Nova York: New Press, 2006.

11 Sobre as práticas de negócios que levam a práticas verdes, ver Peter Thayer Robbins. *Greening the Corporation: Management Strategy and the Environmental Challenge*. Londres: Earthscan Publications, 2001, p.93. Sobre a Alemanha e as turbinas eólicas: www.german-renewable-energy.com/Renewables/Navigation/Englisch/wind-power.html.

12 Robert F. Kennedy Jr., em seu manifesto de maio de 2008, “The New President’s First Talk” (www.vanityfair.com/politics/features/2008/05/rfk_manifesto200805), afirma que toda a demanda norte-americana de energia poderia ser suprida por recursos geotérmicos, pela energia solar e pelas turbinas eólicas.

ambientalismo constitui uma resposta puramente negativa à crise ecológica, dando origem a práticas pouco populares como a regulamentação e a proibição. Daí a caricatura costumeira dos ambientalistas: “Todos eles direcionam nossa atenção para a proibição do mau e não para a criação do bom”.¹³ O “bom”, nessa perspectiva, aponta para um cenário de empregos, abundância material e independência energética – tudo entendido segundo a abordagem caracteristicamente competitiva do capitalismo. Se a necessidade de diminuir o efeito estufa é reconhecida, o desafio é colocado em termos estritamente tecnológicos. Tentativas de resistir ao consumismo são ridicularizadas, embaladas pela crença de que as inovações, acompanhadas por grandes investimentos públicos, resolverão qualquer problema de escassez (tal visão é enfaticamente centrada nos Estados Unidos, enquanto o nome da China é invocado para enfatizar o fato de que a tendência de crescimento é inexorável). A própria existência da questão ambiental é posta em xeque, com a desculpa de que a categoria “meio ambiente” só pode ser concebida excluindo os humanos ou sendo sinônimo de “tudo”, dois extremos que não fariam sentido.¹⁴ A compreensão biológica do meio ambiente como matriz composta de partes interconstitutivas nem sequer é levantada.

Na verdade, o “capitalismo verde” é uma contradição em termos – com um termo referindo-se a um equilíbrio delicado e complexo em desenvolvimento, que engloba o conjunto da espécie humana, ao passo que o outro aponta para o crescimento desregulado e cancerígeno de um de seus componentes específicos.¹⁵ Ironicamente, a resposta central do capitalismo à crise ecológica significa um aprofundamento da lógica da mercantilização. É por isso que as práticas capitalistas implicam uma ameaça material à recuperação ecológica, mas também uma ameaça ideológica à teoria socialista e, por extensão, às perspectivas de criar um movimento popular duradouro que possa inspirar uma visão alternativa.

O debate sobre o significado de “natureza”

A resposta ideológica do capital à crise ambiental tem sido a de reafirmar sua fé no mercado. Em um nível mais imediato, isso significa argumentar que, quando algum tipo de alimento se torna escasso, seu preço subirá e sua demanda, consequentemente, diminuirá. Entretanto, um problema surge quando os bens em questão são, como o ar, a água, o solo ou as florestas, essenciais para a sobrevivência. Mas a lógica é inexorável: supostamente não há nada que não tenha um preço, e o

13 Ted Nordhaus e Michael Shellenberger, no livro elogiado pelo *Wall Street Journal*, *Break Through: From the Death of Environmentalism to the Politics of Possibility*. Boston: Houghton Mifflin, 2007, p.6. Ver também Shellenberger, “The Coming Bursting of the Green Bubble”, April 22, 2008, (http://thebreakthrough.org/blog/2008/04/its_china_stupid_why_kristof_g.shtml). Cf. Richard Douthwaite, *The Growth Illusion: How Economic Growth Has Enriched the Few, Impoverished the Many and Endangered the Planet*. Gabriola, BC: New Society, 1999.

14 Nordhaus e Shellenberger. *Break Through*, 8.

15 Ver John McMurtry. *The Cancer Stage of Capitalism*. Londres: Pluto Press, 1999, esp. 113fss.

preço, por sua vez, implica propriedade – o que é bom, dessa perspectiva, pois só a propriedade cria um senso de responsabilidade (não importa quais os objetivos do proprietário). O campo de aplicação desse princípio é ilimitado. Um texto de 1991 propõe que as baleias possam “ser marcadas geneticamente e seguidas por satélites, criando uma nova maneira de definir o direito à propriedade”.¹⁶ Com preços definidos no chamado “capital natural”, cria-se um mercado de “direitos de poluir”, que, entre outros efeitos, permite adiar qualquer avanço tecnológico em nome do aumento da produção.

Outra extensão dessa abordagem mercadológica é a ideia de que o modo de preservar florestas tropicais ou pântanos naturais é simplesmente oferecer compensações financeiras por deixá-las intocadas. Um valor monetário é assim alocado à “natureza”. É com base nessa observação que o debate ecológico na esquerda tem sido acompanhado por argumentos que questionam a eficácia de uma abordagem socialista à sobrevivência da espécie. Nas palavras de Neil Smith, “Mesmo que de modo incompleto, o mercado retomou e recolonizou as práticas ambientalistas... Isso representa uma cooptação política generalizada, uma vitória para o capital e uma derrota para as políticas ambientais socialistas”.¹⁷

O princípio no qual se baseia tal apreciação é exposto no parágrafo anterior, onde ele afirma que “a explosão da mercantilização ecológica aprofundou de maneira significativa a produção da natureza”. É esse conceito de “produção da natureza” que Smith considera insuficientemente reconhecido pelo pensamento ecossocialista. Ele caracteriza tal conceito como uma adesão a uma dicotomia simplificada entre a sociedade e a natureza em que a “natureza” é vista em termos semimísticos e românticos como algo puro, intocado pela mão humana. Em ensaio anterior, Smith resume a superioridade de sua própria posição nestes termos: “Ao avançar além do fetiche poderoso da ‘natureza em si mesma’, o argumento sobre a ‘produção da natureza’ tem a vantagem de enfatizar as relações sociais com a natureza”.¹⁸

Na verdade, é claro que este último foco, em si, não difere da posição dos ecossocialistas, seguindo-se logicamente que, como adverte Richard Lewontin, o “ambiente”, imaginado como algo intocado por qualquer um de seus organismos constitutivos (notadamente, a espécie humana), “não existe”.¹⁹ Marx já havia argumentado do mesmo modo, quando apontou que a natureza pura, intocada por seres

16 Terry L. Anderson e Donald R. Leal. *Free Market Environmentalism*. San Francisco: Pacific Research Institute for Public Policy, 1991, p.34.

17 Neil Smith. Nature as Accumulation Strategy. Leo Panitch e Colin Leys (Orgs.). *Coming to Terms with Nature: Socialist Register 2007*. Londres: Merlin Press, 2006, p.26.

18 Idem, The Production of Nature. George Robertson et al. (Orgs.). *Future Natural: Nature, Science, Culture*. Londres: Routledge, 1996, p.50.

19 Richard Lewontin. Genes, Environment, and Organisms (1997), Richard Lewontin e Richard Levins. *Biology Under the Influence: Dialectical Essays on Ecology, Agriculture, and Health*. Nova York: Monthly Review Press, 2007, p.234.

humanos, como descrita por Feuerbach, “já não existe em nenhum lugar (exceto talvez em algumas poucas ilhas de coral australianas descobertas recentemente)”.²⁰

Entretanto, por que razão teria Smith passado de um reconhecimento incontestável de que o ambiente é gerado (em parte) por humanos para uma afirmação implícita de que a única abordagem disponível para medidas de recuperação seria aquela imposta pelo capital? Isso só pode derivar de uma ênfase enviesada na “produção da natureza” pela sociedade (nesse caso, o capital) e uma incapacidade de entender a dialética mais complexa de Marx do metabolismo humano com a natureza, de acordo com a qual os seres humanos não criam a natureza, mas apenas a transformam de uma forma em outra, muitas vezes com resultados inesperados. Assim, Marx cita Pietro Verri, quando este afirma que “[t]odos os fenômenos do universo, sejam eles produzidos pela mão do homem ou pelas leis universais da física, não devem ser concebidos como atos de criação, mas somente como uma reordenação da matéria”. Por essa razão, a natureza só pode ser “produzida” pelos meios da própria natureza, em conformidade com as leis naturais. A falta de compreensão dessas leis leva às crises ecológicas, quando a natureza, como observou Engels, perpetua sua “vingança”.²¹

O que Smith parecer ter feito, ao rejeitar a noção de uma natureza pura, é ter ido ao extremo oposto: se a “natureza” como tal é uma ficção, então a única natureza real é aquela “produzida” pelos homens; como ele diz em certo momento, “a natureza universal é um projeto tanto capitalista quanto pré e pós-capitalista”.²² Em outras palavras, na sua opinião não parece haver diferença qualitativa entre as formulações de diferentes formações sociais sobre as relações naturais. Qualquer processo objetivo que possa ocorrer num ecossistema natural independentemente da sociedade é assim igualmente obliterado por todas as sociedades – pré-capitalista, capitalista e pós-capitalista. O ambiente é, desse modo, mero material para a economia burguesa, que, por sua vez, é vista como a cura para todos os males. Daí a afirmação notável de Smith, em capítulo do *Socialist Register*, de que “o valor de uso central dos pântanos restaurados é justamente sua habilidade de gerar valor de troca sob as novas condições de escassez”.²³

Tal visão da natureza como algo que não tem uma existência separada daquela que lhe é conferida pela espécie humana está na tradição de uma longa linha de pensamento idealista, cuja expressão mais recente é o pós-modernismo. Smith assinala sua dívida intelectual com esse modo de pensamento por meio de uma

20 Karl Marx e Frederick Engels. *Collected Works* (Nova York: International Publishers, 1975), v.5, p.40.

21 Karl Marx. *Capital*, v.1 (Londres: Penguin, 1976), p.133-4, 647; Karl Marx e Friedrich Engels, *Collected Works*. Nova York: International Publishers, 1975, v.25, p.461; Paul Burkett e John Bellamy Foster. Metabolism, Energy, and Entropy in Marx’s Critique of Political Economy. *Theory and Society*, v.35, 2006, p.109-56.

22 Neil Smith. *The Production of Nature*, op.cit., p.46.

23 Idem. *Nature as Accumulation Strategy*, p.18. Para uma crítica profunda desse tipo de pensamento, ver John Bellamy Foster. *Ecology Against Capitalism*. Nova York: Monthly Review Press, 2002, esp. o Cap. 2, *The Ecological Tyranny of the Bottom Line*.

citação reveladora de Michel Foucault: “Na verdade, o poder produz: produz realidade, produz o domínio dos objetos e os rituais de verdade”.²⁴ No presente contexto, o mercado capitalista cria o valor dos recursos e processos naturais, determinando o grau no qual eles aparecerão e funcionarão.

E, ainda assim, é justamente o substrato não mercantilizado da vida que governa os processos pelos quais o solo é renovado; reservas de água, restabelecidas; a diversidade botânica, mantida; as espécies de insetos e seus predadores, alimentados; os morros, protegidos da erosão e muito mais.²⁵ Valores monetários são pouco aplicáveis tanto a isso quanto à vida de pessoas e comunidades específicas. Afirmar o contrário significa rejeitar o princípio central da resistência à devastação ecológica. Significa quase negar que a devastação ecológica é real. A forma atualmente na moda de tal negação é a afirmação de que, desde que um programa massivo de conversão de energia seja desenvolvido (com ou sem a energia nuclear como um de seus componentes), os princípios produtivistas podem permanecer intactos. No geral, Smith concorda com essa abordagem. Se, de um lado, ele se opõe aos organismos geneticamente modificados e exige uma “produção genuinamente democrática da natureza”, de outro, indica sua afinidade com a abordagem capitalista ao pedir, na mesma passagem, que “pensemos como a natureza deveria ser mudada!”²⁶

O que fica pressuposto nesse caso é a noção de que os seres humanos estão de algum modo fora da natureza, isto é, existem como agentes independentes que “produzem” a natureza, mas não são, por sua vez, submetidos a ela. Daí a espécie humana ser vista como capaz não apenas de usar e moldar os recursos naturais, mas também (pelo menos implicitamente) de mudar ou mesmo produzir/criar os *modus operandi* da natureza – num suposto desafio às dinâmicas físicas e biológicas. Isso reflete uma mescla peculiar de fantasia, alienação e ambição desmedida. Entretanto, essa visão coaduna bem com a resposta do capital à crise ecológica que ele causou, uma resposta que, em suas formas mais extremas, imaginou o combate ao aquecimento global através de espelhos refletores lançados na atmosfera.²⁷

24 Michel Foucault. *Discipline and Punish* (1979); citado em Neil Smith. *The Production of Nature*, p.51. Sobre o impacto político do pensamento pós-moderno, ver Timothy Brennan. *Wars of Position: The Cultural Politics of Left and Right*. Nova York: Columbia University Press, 2006.

25 Para lembretes persistentes e eloquentes desses “presentes da natureza”, ver a obra de Vandana Shiva, por exemplo, *Earth Democracy: Justice, Sustainability, and Peace*. Cambridge, MA: South End Press, 2005. Marx refere-se aos processos em questão como “restauração do metabolismo” (Foster, *The Ecology of Destruction*, *Monthly Review*, Feb. 2007, p.11). Para uma crítica das tentativas de atribuir valor de mercado a tais processos, ver Cap. 2, *Values in Ecological Value Analysis*; Paul Burkett, *Marxism and Ecological Economics*. Leiden: Brill, 2006.

26 Neil Smith. *Nature as Accumulation Strategy*, p.34. Na seção de conclusão do capítulo de Smith em *Socialist Register* ele cita o trabalho de Nordhaus & Shellenberger (ver nota 12). Para uma crítica da posição produtivista/desenvolvimentista, ver Yrjö Haila e Richard Levins. *Humanity and Nature: Ecology, Science and Society*. Londres: Pluto Press, 1992, p.162-7.

27 Ver o artigo principal da seção “Science Times” do *New York Times* de June 27, 2006: *How to Cool a Planet (Maybe)*, de William J. Broad.

De modo mais imediato, nos termos do debate na esquerda, a noção de que devemos nos render à lógica capitalista tende a criar uma identificação acusatória entre as exigências ecológicas radicais e um suposto senso de urgência desnecessário – como na afirmação de que “é importante evitar as ansiedades ligadas a um catastrofismo ecológico...”.²⁸ Na verdade, não é necessário estar na esquerda para reconhecer o ritmo acelerado em que os fenômenos naturais estão se desviando de seus padrões costumeiros, fenômeno pelo qual certas espécies, incluindo os habitantes humanos de zonas vulneráveis, já estão pagando um preço alto.²⁹ Porém, em uma perspectiva socialista, estamos equipados para combinar um senso justificado de urgência com uma abordagem radical correspondente na análise das causas reais do problema. Isso é algo, entretanto, que Smith deseja negar, declarando que o ambientalismo “está morto... como um movimento anticapitalista”.³⁰

Objetivos verdes além do capitalismo

As pessoas podem chegar a uma posição socialista a partir de diversos pontos de partida ou de preocupações iniciais. O principal atributo de um enfoque socialista – não importa se este chega cedo ou tardiamente no despertar político de uma pessoa – é que ele se volta a interesses de sobrevivência básicos que afetam a todos. Mais especificamente em relação ao socialismo, o tema ecológico aponta para a necessidade de mudanças estruturais profundas e abrangentes.³¹

Nossa discussão até agora enfatizou a premissa básica de que o capital corporativo não está nem disposto nem preparado para perseguir uma agenda ecológica. Mas ainda temos de especificar a amplitude das tarefas ecológicas necessárias para as quais o capitalismo não está preparado. A questão do crescimento econômico requer discussão ampla em relação a sua mais recente expressão na forma de inovações *high-tech* e lixo tóxico. Ainda relacionadas de perto a esses problemas estão duas outras exigências de uma economia verde, as quais vão muito além das restrições do paradigma capitalista. Uma é o fim do militarismo e do imperialismo; a outra é a transformação cultural que tornaria possível um novo consenso sobre as exigências sociais e econômicas para uma vida de qualidade.

28 Prefácio de Panitch e Leys. *Socialist Register 2007*, p.x. Essa coleção também publicou um capítulo de Daniel Buck (The Ecological Question: Can Capitalism Prevail?) que é interessante pela sugestão de que a aptidão capitalista para grandes transformações tecnológicas a equipa para resolver a crise ecológica. *Ibid.*, p.64s.

29 Assim Bill McKibben, em *Deep Economy* (Nova York: Henry Holt, 2007), oferece uma crítica aguda da obsessão pelo crescimento, mas sem atribuir qualquer responsabilidade ao fato; ele explica a consolidação da agricultura dizendo que “nós [sic] substituímos as pessoas pelo petróleo” (p.67).

30 Neil Smith. *Nature as Accumulation Strategy*, p.32.

31 Discuti diversos aspectos dessa questão em três artigos anteriores: “Rumo ao socialismo ecológico”, *Em Tempo: Cadernos*, n.316, 2000, p.19-29; “‘Progresso’ ou progresso? Definindo uma tecnologia socialista”, *Crítica Marxista*, n.12, 2001, p.133-46; “Socialismo e tecnologia: uma visão setorial”, *Crítica Marxista*, n.22, 2006, p.55-74.

O hiperdesenvolvimento capitalista, o lixo tóxico e os bens comuns

Questão central no desafio ao objetivo do crescimento econômico é o fato de que esse confronto inevitavelmente questiona os níveis de consumo. Entretanto, é notável como pouco se tem feito costumeiramente para desagregar a categoria do “consumo”. O senso comum, reforçado pelas típicas estatísticas internacionais, liga o consumo à satisfação dos desejos e das necessidades individuais, quando, na verdade, como categoria ecológica, o consumo se refere ao gasto de materiais e energia, para quaisquer objetivos. Grande parte da atração do “capitalismo verde” desapareceria se as pessoas pudessem perceber o quanto de sua produção crescente é direcionada para bens e serviços inúteis, quando não destrutivos.

O capital procura sempre produzir e vender o máximo possível. A ecologia postula a necessidade de cortes maciços nos gastos (consumo ecológico), mas o mercado não oferece oportunidades de se realizar reduções baseadas em uma avaliação racional das necessidades. Pelo contrário, constantemente encoraja os negócios a criarem novas “necessidades” com o objetivo de manter um ciclo perpétuo de inovações, obsolescências e melhorias. Embora esse fenômeno nos seja familiar há muito tempo, seu ritmo tem-se acelerado marcadamente com as novas ondas digitais de comunicação instantânea.³² Como consequência, temos visto uma proliferação extraordinária de lixo tóxico (em especial metais pesados), o que tem levado ao reconhecimento crescente de que a responsabilidade pelo destino final de tais produtos já não pode ser simplesmente delegada ao consumidor. O conceito de “responsabilidade ampla do produtor” (RAP) tem obtido aceitação generalizada, embora ainda não seja estrita e universalmente aplicado, sendo comumente substituído por modestos incentivos financeiros aos consumidores, adoçados com apelos cívico-ecológicos.³³

Nos termos do debate do “capitalismo verde”, a prática da RAP tem sido vista como um resultado da pressão pública sobre os produtores, mas com o benefício adicional para estes últimos de reduzir sua dependência de um suprimento constante de materiais. Porém, potencialmente mais consequentes seriam as implicações desse processo para toda a questão da propriedade privada *versus* pública. Uma interpretação rigorosa da responsabilidade do produtor criaria necessariamente problemas para a propriedade privada, não apenas na esfera da produção, mas também no que se refere a determinadas categorias de consumo privado, em particular aquelas envolvendo a terra, os materiais escassos e/ou tóxicos e os altos níveis de consumo de energia. A propriedade seria aproximada da questão da responsabilidade

32 Ver Jon Mooallem. *The Afterlife of Cellphones*. *New York Times Magazine*, January 13, 2008; para análises anteriores: Paul A. Baran e Paul M. Sweezy. *Monopoly Capital*. Nova York: Monthly Review Press, 1966, Cap. 5; Ernest Mandel. *Late Capitalism*. Londres: New Left Books, 1975, p.192.

33 Elizabeth Grossman. *High Tech Trash: Digital Devices, Hidden Toxics, and Human Health*. Washington, DC: Island Press, 2007, p.159ss. Sobre uma visão ampla da economia política do lixo, ver Heather Rogers. *Gone Tomorrow: The Hidden Life of Garbage*. Nova York: New Press, 2005.

de, criando um senso muito maior de cuidados com as matérias-primas do planeta. Enquanto os exemplos mais eloquentes têm a ver com a necessidade de regular o emprego de substâncias perigosas, a mesma lógica governaria o imperativo de proteger os recursos vitais (água, solo, árvores, peixes etc.).

Se tal lógica se aplicasse ao indivíduo que se desfaz de um computador ou de uma televisão velha, quanto mais crucialmente ele se aplicaria ao industrial que quer tornar obsoleta toda uma linha de produtos! No momento em que a consciência se reflete até no impacto social do consumo privado, quão mais fácil deveria ser persuadir as pessoas, finalmente, do caráter social da produção. De fato, apenas mais alguns passos descritivos relativamente pequenos seriam necessários para formular, em termos socialistas, o reconhecimento ambientalista de que cada ato “privado” de combustão (de qualquer escala) impõe um fardo na atmosfera comum. O argumento paralelo já foi formulado dramaticamente em relação aos recursos mundiais de água;³⁴ e poderia, portanto, se estender a todos os outros recursos naturais, incluindo não apenas aqueles que são “consumidos”, mas também aqueles que, benignos ou tóxicos, ajudam a constituir o substrato necessário para outros processos vitais, tanto no interior quanto no exterior do circuito da produção social.

Enfrentando o militarismo e o imperialismo

Diante do imperativo sacrossanto de que o capital tem de crescer, é compreensível que as organizações ambientalistas hegemônicas hesitem em desconstruir o fenômeno do consumo. A distinção entre o consumo útil e o desperdício³⁵ significaria desafiar o preceito de que todas essas determinações possam ser feitas por mecanismos do mercado – ou do governo, quando este age diretamente em benefício do capital.

Os setores de produção e “serviços” militares são de relevância especial nesse caso, pois não surgiram em resposta a nenhuma exigência popular direta. Nos países capitalistas avançados, os militares desempenham uma função instrumental que é verdadeiramente vital apenas para as classes dominantes. Isso é especialmente verdadeiro no caso dos militares norte-americanos, que desde 1945 têm constituído uma força sem rivais de garantia dos interesses capitalistas.³⁶ As operações militares norte-americanas – incluindo o treinamento e o desenvolvimento de armas, assim como as próprias batalhas – ocupam uma posição central na vida econômica e ecológica, uma vez que sua missão de proteger o capital as desobriga de qualquer possível intervenção necessária nos casos em que empresas compe-

34 Maude Barlow. *Blue Covenant: The Global Water Crisis and the Coming Battle for the Right to Water*. Nova York: New Press, 2008, p.164ss.

35 Para uma tentativa de listar as principais categorias de atividades que envolvem desperdício, ver meu artigo em *Em Tempo: Cadernos*, n.316, 2000, p.23ss.

36 Para uma análise completa, ver John Bellamy Foster. *Naked Imperialism: The U.S. Pursuit of Global Dominance*. Nova York: Monthly Review Press, 2006.

tem entre si (muito menos na imposição de restrições que surgissem da pressão popular organizada). Isso se aplica tanto às empresas privadas contratadas pelos militares quanto às forças armadas oficiais. O decisivo é que ambas são baseadas no princípio do “uso do último recurso”, o que nesse caso significa o consenso do capital corporativo refletido na política governamental.

A liberdade concedida a militares e paramilitares consiste no financiamento nunca questionado de suas enormes operações por todo o mundo, mas também, de maneira mais específica, na proteção de que usufruem, assegurada por argumentos de “segurança”, contra questionamentos políticos de suas práticas tóxicas, como o emprego generalizado de dioxina no Vietnã e de bombas de urânio no Iraque,³⁷ para não falar do consumo prodigioso e contínuo de petróleo, que levou Michael Klare a declarar recentemente que uma consideração central por trás das ocupações militares norte-americanas de países ricos em petróleo é garantir um suprimento constante de combustível para sustentar as próprias atividades militares.

O princípio imperialista que em grande parte sustenta a aceitação de tais ciclos permanece em geral fora da esfera das discussões públicas. Os políticos que expressam seu descontentamento sobre o Iraque falam da “desmobilização” das tropas norte-americanas em vez de questionar seu papel intervencionista como tal. Isso reflete o grau extraordinário em que os princípios imperialistas dominam toda a esfera bipartidária da política estadunidense, constituindo o obstáculo central a qualquer pensamento crítico sobre os objetivos da produção e do consumo.

A separação entre a questão do crescimento e a questão do militarismo e do imperialismo reflete os parâmetros ideológicos do discurso político norte-americano. O crescimento é uma questão da “economia”, e é definido como um problema “doméstico”; o militarismo, a projeção global e a guerra entram na categoria “política externa”. Essa divisão em compartimentos é inteiramente espúria: sua existência jamais questionada representa um obstáculo central para a consciência popular e da classe trabalhadora. A crise ecológica – exemplificada pela ameaça às regiões costeiras pelo degelo dos polos – é ao mesmo tempo uma questão “doméstica” e global. Sua explicação adequada poderia auxiliar na destruição definitiva da aquiescência popular a uma das barreiras fundamentais erigidas pela ideologia burguesa.

A transformação da cultura popular

Desafiar a agenda do militarismo, do imperialismo e do crescimento significa questionar não apenas as políticas, mas também as emoções – tanto cívicas quanto privadas –, cujas ressonâncias se estendem muito além da classe capitalista. O aspecto cívico é associado à retórica e aos símbolos da grandeza nacional; o

37 Ver William Thomas. *Scorched Earth: The Military's Assault on the Environment*. Philadelphia: New Society Publishers, 1995; e Seth Shulman. *The Threat at Home: Confronting the Toxic Legacy of the U.S. Military*. Boston: Beacon Press, 1992.

aspecto privado a toda a mentalidade do individualismo e do consumismo. O ambientalismo hegemônico, com sua ênfase na capacidade competitiva, jamais desafiou o aspecto cívico. E quando se voltou para o aspecto privado (como no filme de Al Gore), o fez essencialmente sob a forma de apelos à consciência.

Os aspectos privados e cívicos poderiam convergir no desenvolvimento de uma ampla análise de classe da responsabilidade pela crise atual e, a partir daí, de um movimento que pudesse propor uma alternativa sistemática. As medidas adotadas até agora nessa direção têm sido limitadas. Denúncias como as de Al Gore têm chamado a atenção, por exemplo, para o papel de determinadas companhias de petróleo no patrocínio de ataques aos achados científicos sobre as mudanças climáticas, mas a ideia de que possa haver um antagonismo entre o capitalismo e o ambiente enquanto tal ainda não encontrou espaço no debate público mais amplo.³⁸ Até que isso aconteça, o impacto inercial da ideologia hegemônica limitará severamente o escopo de qualquer medida de recuperação concreta.

A situação é comparável àquela relacionada à possibilidade de qualquer revolução futura: até que certo ponto crítico tenha sido atingido, as únicas exigências que parecem ter alguma chance de aceitação são as “moderadas”. Mas o que faz que a situação se torne revolucionária é o fato de as propostas “moderadas” ou “realistas” não serem capazes de fornecer uma solução. O que dá a essas propostas um verniz de racionalidade não passa de sua submissão a forças políticas que, embora sejam incapazes de propor uma resposta adequada à escala do problema, ainda não foram removidas de suas posições de poder. Mas a incapacidade dessas forças é também a expressão de sua fraqueza. Elas se situam precariamente num processo que não compreendem, cujo alcance nem podem imaginar e sobre o qual não têm qualquer controle (ou, se pressentem a gravidade da situação, olham-na com uma mentalidade de contra-ataque, procurando acima de tudo garantir sua própria sobrevivência).³⁹

Neste ponto, é claro que o lema do “realismo” mudou de mãos. Os “moderados”, com sua incansável insistência em buscar uma saída ecológica com base em um sistema inerentemente empenhado em esmagar tudo que se coloca em seu caminho, perderam todo o senso de realidade. A questão agora é se uma população que até hoje foi enganada estará preparada para exigir medidas radicais (claramente as únicas realistas em nosso contexto) ou se seus membros ficarão tão engessados pelo paradigma capitalista que as únicas saídas que poderão buscar – seguindo as regras fixadas por aqueles que nos colocaram nesta situação – será a regra do cada um por si.

38 Como discutido, por exemplo, em Foster. *Ecology Against Capitalism*; e em Joel Kovel. *The Enemy of Nature: The End of Capitalism or the End of the World?*, 2th ed. Londres: Zed Press, 2007.

39 Assim, no Pentágono, o planejamento sobre a crise climática afirma que “os EUA procuram corretamente construir uma fortaleza ao redor de si para proteger seus recursos”. David Stripp, “The Pentagon’s Weather Nightmare”, *Fortune*, February 9, 2004. (http://money.cnn.com/magazines/fortune/fortune_archive/2004/02/09/360120/index.htm).

Tal é a conjuntura para a qual todos os nossos esforços nos levaram; ela fornecerá o derradeiro teste de nossa capacidade de enfrentar o problema. Para que o escopo das medidas necessárias possa ser compreendido pelo maior número possível de pessoas, um trabalho de organização notável terá de ser levado adiante. Entretanto, as próprias medidas, para atingir seus objetivos, terão de fazer avançar o processo que elas mesmas ajudaram a pôr na agenda. Uma mescla caracteristicamente revolucionária entre persuasão e coerção terá de ser aplicada – o equilíbrio entre esses dois métodos dependendo, em grande parte, da eficácia do processo de conscientização e, em parte, do tempo disponível para as medidas necessárias.

Nenhuma dimensão da vida deve ficar intocada. Da nossa perspectiva presente podemos apenas começar a vislumbrar as mudanças específicas, que irão envolver uma reversão ou desmanche das estruturas mais destrutivas ou nocivas herdadas do desenvolvimento anterior. Felizmente não se tratará de começar do zero. Muitas lições históricas já foram aprendidas e muitas delas são sobre coisas que devemos evitar. Mas também há modelos positivos.

O socialismo verde: precedentes e perspectivas

Se o “capitalismo verde” é uma contradição em termos, poder-se-ia então considerar o “socialismo verde” uma redundância. No futuro, esse será certamente o caso, uma vez que as políticas verdes pressupõem o controle das tendências expansionistas, que, por sua vez, requerem que as decisões econômicas sejam pensadas a partir de um consenso social (socialista) mais amplo sobre os modos como os recursos podem ou não ser usados. Na tomada de medidas mais imediatas, entretanto, é preciso entender que não há nada de automático na relação entre as medidas políticas verdes e vermelhas. Historicamente, os exemplos de fricção entre as duas agendas geraram mais atenção do que os exemplos de suas convergências. Já analisei as razões para esse problema em outra ocasião,⁴⁰ mas assinalo aqui alguns casos que podem nos dar esperanças.

O primeiro exemplo surgiu da Revolução Russa. O enfoque contínuo das lideranças soviéticas nas questões de crescimento econômico foi parcialmente paralisado durante os primeiros anos do regime, mediante um interesse extraordinário em criar um nível mais avançado de cultura de massas e, com isso, uma abordagem do desenvolvimento que, comparada a sua contraparte capitalista, seria mais fortemente ancorada em uma consciência dos limites naturais. Foi nesse contexto que em 1921 Lenin assinou uma lei transformando áreas amplamente dispersas em território soviético “no primeiro território protegido criado por um governo exclusivamente no interesse do estudo científico da natureza”.⁴¹ Embora essas áreas (*zapovedniki*) tenham sido subsequentemente dissolvidas (sob Stalin), o importante

40 Ver a nota 31, esp. *Crítica Marxista*, n.12, 2001, p.137ss., e *Em Tempo: Cadernos*, n.316, 2000, p.20ss.

41 Douglas R. Weiner. *Models of Nature: Ecology, Conservation, and Cultural Revolution in Soviet Russia*. Bloomington: Indiana University Press, 1988, p.29.

para nós em sua curta história é o que isso sugere sobre a capacidade e a iniciativa potencial da liderança socialista, assim como a sensibilidade de alguns dos marxistas russos – bem antes da crise atual – em relação à fragilidade do ecoesfera.⁴²

O segundo exemplo tem a ver com o poder exercido em nível municipal, no interior de um país capitalista. É importante, entretanto, pelo que sugere sobre os processos envolvidos em qualquer conversão ecológica em ampla escala. Refiro-me à cidade italiana de Bolonha durante o período de seu governo comunista, eleito em meados da década de 1970. No coração de suas reformas urbanas estava a exclusão de automóveis particulares de grande parte dos distritos residenciais e de negócios do centro da cidade. Isso foi alcançado, em parte, com a adoção de uma medida relativamente barata, que ofereceu serviços de ônibus gratuitos na hora do *rush* e, em parte, por diversos encontros entre moradores para discutir questões de zoneamento.⁴³ Embora a classe capitalista tenha mantido seus tradicionais níveis de poder, estabelecendo limites rígidos ao escopo das mudanças possíveis, a abordagem participativa na decisão das políticas coletivas foi efetiva. Uma história coletiva de tais esforços, que funcionam especialmente bem na tentativa de solucionar problemas universalmente reconhecidos, como aqueles relacionados ao ambiente, faz parte do processo de preparação de uma eventual tomada de poder popular.

O terceiro e talvez mais impressionante exemplo de aplicação da ecologia socialista é o de Cuba. O efeito inicial do colapso soviético sobre Cuba em 1991 ofereceu um presságio das dificuldades que atingiriam muitos outros países quando suas fontes de recursos começassem a ser ameaçadas. Embora Cuba, mais tarde (após 1999), passasse a receber cargas significativas de petróleo da Venezuela, o país não tinha um colaborador desse porte no início da década de 1990. Seu problema imediato era, então, comparável àquele que qualquer país dependente da importação de petróleo poderá ter. A resposta do país foi radical, criativa e, sobretudo, verde.⁴⁴ Confrontados com a falta de combustível, o governo importou grande número de bicicletas. Diante da impossibilidade de usar tratores e da falta de fertilizantes, o governo promoveu um retorno em massa aos métodos orgânicos de cultivo. Seu programa de reflorestamento é considerado exemplar e Cuba oferece agora o único hábitat existente a muitas das espécies tropicais da América. Finalmente, encorajados por doações de terras, leis de planejamento e ofertas de sementes – “a única infraestrutura para a agricultura urbana do mundo” – os cubanos plantaram jardins urbanos em larga escala (mais de 30 mil na cidade de Havana desde 2003).⁴⁵

42 Ibidem, p.230.

43 Max Jaggi. Free Fares Were Only the Beginning. Jaggi et al., *Red Bologna*. Londres: Writers and Readers, 1977.

44 Ver Richard Levins. How Cuba is Going Ecological, *CNS*, September 2005.

45 Raquel Pinderhughes. *Alternative Urban Futures*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2004, p.212-3.

Esses exemplos deveriam nos dar confiança para afirmar que não devemos nos satisfazer com o cenário decaído de um capitalismo verde imaginário. Claramente, devemos pressionar para a implementação de medidas ecológicas sem demora – fazendo exigências em nível nacional e agindo diretamente em nível local (onde o controle popular é possível) –, mesmo enquanto o capitalismo ainda reina. Mas não devemos esperar algo próximo de uma solução ambiental a longo prazo a não ser que consigamos criar uma estrutura de planejamento democrática e ampla, capaz de isolar e implementar a agenda de investimentos de transição.⁴⁶

O desenvolvimento de tal estrutura, como aquele da própria agenda ecológica, não constitui um caso de tudo ou nada. Como o exemplo de Bolonha sugere, o planejamento participativo para certas dimensões das políticas locais pode ser iniciado antes da transferência total do poder do Estado de uma classe para outra. Outros exemplos de tais práticas têm sido oferecidos desde 1970 por um número de cidades brasileiras que instituíram o orçamento participativo.⁴⁷ Entretanto, como a experiência cubana demonstrou, também é possível – não apenas na questão dos jardins urbanos, mas também nas decisões econômicas mais gerais do cotidiano – que a participação popular seja introduzida como uma política deliberada por um governo revolucionário.⁴⁸ Em outras palavras, não há uma trajetória fixa para a relação entre a instituição de uma abordagem socialista e o desenvolvimento de mecanismos específicos (e traços culturais) que permitem que ela funcione.

Esse processo essencialmente dialético se desenrolará de modos distintos em cada cenário nacional, ao mesmo tempo que deverá levar em conta a experiência mundial anterior. Pode-se, em geral, observar que o socialismo da primeira época demonstrou a dificuldade de se transformar uma sociedade sem que se possa contar com uma rede e uma cultura preexistente de participação política popular. É notável que o impulso revolucionário atual na América Latina dê grande ênfase às redes populares locais, sejam essas desenvolvidas com o apoio do Estado (como na Venezuela) ou a despeito dele, enfrentado sua hostilidade (como no México ou na Bolívia antes de 2006).⁴⁹

A relação constitutiva entre as dimensões ecológica e socialista do processo se encontra na exigência comum de desmercantilização. Em termos ecológicos,

46 Para discussões amplas desse processo, ver *Science & Society*, primavera de 2002 (edição especial: *Building Socialism Theoretically* (Ed.) Pat Devine).

47 Gianpaolo Baiocchi. *Brazilian Cities in the Nineties and Beyond: New Urban Dystopias and Utopias. Socialism and Democracy*, outono de 2001.

48 Ver, por exemplo, a narrativa de uma testemunha do processo em Peter Roman. *The Law-Making Process in Cuba: Debating the Bill on Agricultural Cooperatives. Socialism and Democracy*, July 2005.

49 Para uma cobertura completa, ver *S&D*, edições de novembro 2005 (ed. especial: *The Reawakening of Revolution in Latin America* (Ed.). Gerardo Rénique); julho 2007 (ed. especial sobre Oaxaca); e novembro 2007 (artigo de Roger Burbach e Camila Piñeiro sobre a Venezuela). Para uma visão mais geral, ver D. L. Raby. *Democracy and Revolution: Latin America and Socialism Today*. Londres: Pluto Press, 2006.

isso exige uma expansão dos bens naturais comuns – a fonte da vida plena. Em termos econômicos, isso consiste na redução das esferas nas quais as trocas comerciais (a lei do valor) prevalecem, expandindo o escopo para a satisfação direta de necessidades, tanto individuais quanto sociais.

Um exemplo emblemático do que nos falta neste momento pode ser encontrado numa recente edição do *New York Times*, cuja reportagem de primeira página (em 9 de abril de 2008), intitulada “Com o aumento dos preços, fazendeiros rejeitam conservação”. O aumento de preços reflete a exigência crescente de colheitas de lucro rápido, como a de milho para o etanol. O resultado das vendas de tais colheitas excede amplamente os subsídios que o governo distribui aos fazendeiros para manter a terra improdutiva por razões ecológicas (preservação do hábitat de certas espécies, conservação de água etc.). É claro que, em teoria, o governo poderia aumentar os subsídios, mas a pressão continuaria com o tempo, ameaçando constituir um ciclo sem fim, no qual cada vez mais fundos públicos seriam alocados simplesmente para restringir o direito legal dos fazendeiros, que sob o capitalismo podem decidir como “suas” terras deveriam ser usadas.

Como a prioridade ecológica seria então expressa em um aumento constante do dispêndio de pagamentos de subsídios, seria natural fazer a pergunta: o que impede que um gerenciamento ecologicamente informado da terra – e, portanto, o poder legal necessário sobre ela – possa residir diretamente na esfera pública? Por que tal assunto vital deveria ser decidido sobre a base de impulsos aquisitivos e pressões do mercado?

Essas questões existem há muito tempo – como a do lixo tóxico – mas a crise ecológica as elevou a um grau acentuado de urgência. Do mesmo modo, deu novo peso ao argumento em favor do socialismo.